DECRETO Nº 10.398, 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA A APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO MENSAL E ANUAL DE SERVIÇOS – DMS, PREVISTA NOS INCISOS I E II DO ARTIGO 110 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 20, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, ATRAVÉS DO APLICATIVO DIR – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES RECEBIDAS.

Prefeito Municipal de Itajaí, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no art. 47, III e VII da Lei Orgânica do Município;
DECRETA:

Art. 1º A partir do mês-base janeiro de 2015, as informações da Declaração Mensal e Anual de Serviços, prevista nos incisos I e II do artigo 110 da Lei Complementar nº 20, de 30 de dezembro de 2002 e Decreto nº 9.286, de 30 de dezembro de 2010 e suas alterações, serão prestadas através do aplicativo eletrônico DIR – Declaração de Informações Recebidas, passando tal declaração a ser regulamentada por este decreto.

§ 1º O aplicativo da DIR funcionará de forma integrada com o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, utilizando inclusive a mesma plataforma tecnológica e mesmo endereço eletrônico para acesso.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo início de uso da DIR antes do prazo previsto no caput deste artigo, ficando neste caso dispensada a apresentação da DMS, nos termos do Decreto nº 9.286, de 30 de dezembro de 2010, a partir do momento de sua opção.

Art. 2º Deverão ser declaradas através da DIR as seguintes informações:

I – mensalmente:

- a) todas as Notas Fiscais referentes aos serviços tomados, sujeitos à incidência do ISSQN, ainda que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto não seja do declarante e mesmo quando não devido ao município de Itajaí;
- b) todas as Notas Fiscais referentes aos serviços intermediados pelo declarante, exclusivamente nas situações em que a legislação atribua a ele responsabilidade pelo recolhimento do ISSQN.

II – anualmente:

- a) número de empregados ativos vinculados ao estabelecimento no primeiro e no último dia do ano;
- b) outras receitas, cujo valor não tenha sido objeto de emissão de Nota Fiscal de Serviços.

§ 1º Os serviços prestados por contribuintes estabelecidos no município de Itajaí não precisarão ser informados na DIR, assumindo-se como tal declaração as informações constantes nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e por eles emitidas, exceto nas situações previstas nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 2º Os prestadores de serviços estabelecidos em Itajaí que eventualmente emitirem Nota Fiscal de Serviços Avulsa de outro município, bem como qualquer outro documento fiscal que não seja a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica administrada pelo município de Itajaí, deverão converter tais documentos em NFS-e no prazo previsto na legislação municipal para conversão de Recibo Provisórios de Serviços – RPS, ainda que o ISSQN não seja devido para o município de Itajaí.

§ 3º As empresas e instituições obrigadas à escrituração contábil de acordo com o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, quando dispensadas pela legislação tributária municipal da emitir Nota Fiscal de Serviços, deverão apresentar na DIR, no que se refere aos serviços prestados, o valor auferido no mês de referência em cada uma das contas do grupo de Contas de Resultado Credoras do COSIF onde houver valores sujeitos ao ISSQN.

§ 4º As notas fiscais mencionadas nas alíneas “a” e “b” do inciso I deste artigo deverão ser declaradas informando-se, referente a elas, os seguintes dados:

I – nome, CPF/CNPJ e endereço do emissor, número, série e data de emissão;

II – valor do serviço, valores de eventuais deduções da base de cálculo e valor e alíquota do ISSQN retido, quando for o caso;

III – identificação do município onde o serviço foi prestado;

IV – item da lista de serviços, prevista no artigo 21 da Lei Complementar nº 29, de 29 de dezembro de 2003, em que se enquadra o serviço;

V – natureza da operação, através da qual será identificada a responsabilidade tributária relativa ao ISSQN, a existência de isenção ou imunidade e a opção ou não do prestador do serviço pelo Simples Nacional, utilizando-se os códigos previstos no Anexo Único deste decreto.

§ 5º Caso o prestador do serviço não tenha emitido Nota Fiscal, deverá ser informado na DIR o documento por ele emitido na operação, seja recibo, fatura ou outro, observado o previsto no artigo 9º, § 1º, II, da Lei Complementar nº 29, de 29 de dezembro de 2003.

§ 6º No caso de o contribuinte possuir mais de um estabelecimento, as informações previstas no inciso II deste artigo deverão se referir a cada um dos estabelecimentos separadamente.

§ 7º A requerimento do interessado ou de ofício, a Fazenda Municipal, desde que atendidos os interesses da administração tributária, poderá instituir regime especial para a declaração de dados e informações de forma diversa da prevista neste decreto.

§ 8º Estão obrigados à apresentação das informações anuais, previstas no inciso II deste artigo, apenas os contribuintes que houverem prestado serviços sujeitos ao ISSQN no ano a que se referem as informações a serem prestadas.

Art. 3º A declaração será apresentada de forma eletrônica, via internet, através do uso de certificado digital ou senha, a ser concedida ao contribuinte e/ou ao seu contador, mediante prévio credenciamento para uso do sistema.

Art. 4º As informações da DIR, referentes ao mês imediatamente anterior, deverão ser prestadas nos seguintes prazos:

I – até o vencimento do imposto, quando ao declarante for atribuída responsabilidade tributária pelo recolhimento do ISSQN;

II – até o último dia útil do mês, para as demais informações.

Parágrafo único. As informações anuais previstas no artigo 2º, inciso II, poderão ser apresentadas até o último dia do mês de junho, relativamente ao ano imediatamente anterior.

Art. 5º A declaração poderá ser retificada, independente de penalidades, sempre que constatado erro ou omissão nas informações apresentadas, desde que antes de iniciado procedimento administrativo visando apuração e/ou lançamento de ofício dos tributos do declarante.

§ 1º A retificação prevista neste artigo será feita mediante a alteração, inclusão ou exclusão das informações anteriormente prestadas, mantidos os mesmos prazos de vencimento do imposto.

§ 2º O contribuinte que, depois de notificado da ação fiscal, efetuar a retificação de sua declaração não se eximirá, por isso, das penalidades previstas na legislação.

Art. 6º As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas através do sistema administrado pelo município de Itajaí, serão automaticamente convertidas em informações da DIR, facultado ao tomador do serviço ratificar ou modificar tais informações, sobretudo quando à responsabilidade tributária que lhe tenha sido atribuída, ou ainda declarar não ter tomado determinado serviço que lhe tenha sido atribuído pelo prestador.

Parágrafo único. Caso não se manifeste quanto às NFS-e convertidas em informações da DIR nos prazos previstos no artigo 5º, tais informações serão automaticamente consideradas como ratificadas pelo declarante.

Art. 7º As guias de recolhimento do ISSQN devido por substituição tributária serão geradas por meio do aplicativo da DIR.

§ 1º Também serão geradas através do aplicativo da DIR as guias de recolhimento do ISSQN próprio:

I – das instituições financeiras, na situação prevista no artigo 2º, § 3º, deste decreto;

II – dos escritórios de serviços contábeis optantes pelo simples nacional, na situação prevista no artigo 11 da Lei Complementar nº 167, de 15 de março de 2010.

§ 2º As guias de recolhimento de que trata este artigo, quando geradas para pagamento após a data de vencimento do imposto, serão acrescidos de atualização monetária, multa e juros, na forma da legislação.

Art. 8º A não apresentação das informações da DIR nos prazos estabelecidos neste Decreto, ou sua apresentação de forma inexata, incompleta, ou inverídica, independente do recolhimento do imposto, sujeitará o infrator à aplicação das penalidades previstas no artigo 112 da Lei Complementar nº 20, de 30 de dezembro de 2002, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais.

Art. 9º Caberá à Auditoria Fiscal Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, através do seu Coordenador, editar normas complementares ao presente decreto, se necessário.

Art. 10. Ficam revogados, a contar de 01 de janeiro de 2015, os artigos. 3º, 5º e 6º, caput e § 1º, todos do Decreto nº 9.286, de 30 de dezembro de 2010, ficando ressalvada a vigência do § 2º do artigo 6º do mesmo Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 19 de novembro de 2014.

JANDIR BELLINI
Prefeito Municipal

ROGÉRIO NASSIF RIBAS
Procurador-Geral do Município

Publicado na edição 1393, de 21/11/2014, do Jornal do Município.

ANEXO ÚNICO Códigos de Natureza de Operação

Cód.	Descrição
Prestador do serviço não optante pelo Simples Nacional	
901	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para Itajaí
902	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para outro município
921	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço
931	Serviço imune, isento ou não tributado
Prestador do serviço optante pelo Simples Nacional	
951	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para Itajaí (prestador optante pelo simples nacional)
952	ISS retido ou sujeito à substituição tributária, devido para outro município (prestador optante pelo simples nacional)
971	ISS a ser recolhido pelo prestador do serviço (prestador optante pelo simples nacional)
981	Serviço imune, isento ou não tributado (prestador optante pelo simples nacional)
Nota Fiscal de Serviços Avulsa	
991	Nota Fiscal de Serviços Avulsa (ISS pago antecipadamente pelo prestador)